

**98910-2003-010-09-00-3 – 2ª TURMA**

**Relator: ANA CAROLINA ZAINA**

**Publicado no DJPR em 04-09-2009**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS** - Há legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para ajuizar Ação Civil Pública em defesa de direitos individuais homogêneos, provenientes de uma causa comum que atinge uniformemente a todos os lesados, considerados metaindividuais para fins de tutela judicial coletiva." Esta atividade institucional de suma importância, atribuída constitucionalmente ao Ministério Público, também possui amparo na Lei Complementar n. 75/93, a qual de forma magistral contempla no seu artigo 1º que "O Ministério Público da União, organizado por esta Lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis."

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - TUTELA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NO DEPÓSITO DO FGTS - CABIMENTO** - A vedação contida no parágrafo único do artigo 1o. da LACP deve receber interpretação conforme a Constituição. Neste sentido, observe-se que o direito aos valores do FGTS é de cunho social. Importante sublinhar que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), regido pela Lei n. 8036/90, nada mais é do que uma "conta bancária" vinculada a depósitos efetuados pelo empregador em um fundo social que o trabalhador pode utilizar nas situações tipificadas em lei. Não restam dúvidas de que se trata de direito, cuja natureza social, merece a proteção constitucional (artigo 6º) e atrai o exercício da atribuição constitucional do Ministério Público, por intermédio da Ação Civil Pública. A partir desta leitura do parágrafo único da LACP, concluímos que a redação do dispositivo não veda o ajuizamento da ação civil pública quando a pretensão deduzida nesta ação tem por objetivo a proteção de direito social, constitucionalmente assegurado. O objeto da presente Ação Civil Pública é no sentido de garantir aos trabalhadores o cumprimento do direito social aos valores do FGTS.